

Anais

VII

Seminário Internacional

# políticas culturais

17 a 20 de maio de 2016- Rio de Janeiro

**Organizadores:**

**Lia Calabre**

**Maurício Siqueira**

**Adélia Zimbrão**

**Deborah Rebello Lima**

**Itaú  
cultural**

**OBSERVATÓRIO**  
ITAÚ CULTURAL

**10**  
ANOS

Edição: Fundação Casa de Rui Barbosa



ISBN: 978-85-7004-337-5

# **Anais do VII Seminário Internacional de Políticas Culturais**

Organizadores:

Lia Calabre

Maurício Siqueira

Adélia Zimbrão

Deborah Rebello Lima

17 a 20 de maio de 2016 – Rio de Janeiro

Seminário Internacional Políticas Culturais (7. : 2016 : Rio de Janeiro, RJ)  
Anais do VII Seminário Internacional de Políticas Culturais, 17 a 20 de maio de  
2016, Rio de Janeiro / Organizadores: Lia Calabre... [et al.] – Rio de Janeiro : Fundação  
Casa de Rui Barbosa, 2016.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World WideWeb:

<<http://www.culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/>>

ISBN: 978-85-7004-337-5

1. Política cultural. I. Calabre, Lia, org. II. Siqueira, Mauricio, org. III. Zimbrão,  
Adélia, org. IV. Lima, Deborah Rebello, org. V. Fundação Casa de Rui Barbosa. VI. Título.

CDD 306

[Voltar ao Índice dos Trabalhos](#) ↻

## PONTOS DE CULTURA: POLÍTICAS PÚBLICAS E A PRODUÇÃO DE UMA SUBJETIVIDADE MAIS AUTÔNOMA

Flávia Junqueira<sup>1</sup>

**RESUMO:** Partindo da ideia de que as políticas culturais limitam a noção de cultura, defendida por Félix Guattari, pretendemos pensar de que forma um programa de política cultural brasileiro – os Pontos de Cultura, por meio do Programa Cultura Viva – pode ser, a longo prazo, um passo para uma cultura mais autônoma, capaz de subverter a produção de subjetividade capitalística. Este trabalho não tem como objetivo defender ações de um governo específico, mas sim, lançar luz nos possíveis caminhos de autonomia que as políticas públicas deveriam seguir.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cultura Viva, Pontos de Cultura, Autonomia, Subjetividade.

### 1. INTRODUÇÃO

Félix Guattari, no livro *Cartografias do Desejo*, organizado por ele e Suely Rolnik a partir de sua visita ao Brasil no início da década de 80, afirma que o conceito de cultura é profundamente reacionário, à medida que é uma maneira de separar as atividades semióticas, ou seja, de produção de sentido, em esferas pré-determinadas. Ao serem isoladas, essas atividades semióticas são padronizadas, ou, nas palavras dele, “capitalizadas para o modo de semiotização dominante” (GUATTARI & ROLNIK, 1996, pág. 15). Mais longe, ele chega a dizer que a cultura autônoma não existe no nível da produção, da criação e nem do consumo real, apenas dos mercados econômicos e do poder.

Para melhor entender a assertiva acima, lembramos os diversos sentidos de cultura que Guattari destaca no livro. A primeira ideia de cultura foi no sentido de “cultivo do espírito”, caso que ele chama de “cultura-valor” porque corresponde a um julgamento valorativo, determinando quem tem ou não cultura. O segundo sentido seria de “cultura-alma coletiva”, ligada à ideia de civilização. Esta ideia, ele explica, é um tanto ampla e ambígua, visto que foi empregada pelo partido nazista, mas também por movimentos de emancipação, por exemplo. Por fim, a outra importante utilização do termo cultura seria no sentido de “cultura-mercadoria”. Neste sentido,

<sup>1</sup> Doutoranda em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), linha de pesquisa Tecnologias de Comunicação e Cultura. E-mail: [flavinhajunqueira@gmail.com](mailto:flavinhajunqueira@gmail.com)

não há um julgamento de valor ou uma ideia de grupo ou povo, mas há a presença de bens, como equipamentos culturais, de especialistas e todos que trabalham em tais equipamentos, além das referências teóricas e ideológicas que a área abarca, contribuindo para a circulação da cultura dentro de um sistema mercadológico (GUATTARI & ROLNIK, 1996, pág. 17).

A tese de Guattari é de que esses três sentidos de cultura permanecem presentes, complementando-se um ao outro. A produção da subjetividade capitalística<sup>2</sup> traz uma vocação universal da cultura, essencial para a construção coletiva de trabalho e controle social, mas que também precisa tolerar as minorias, as margens (GUATTARI & ROLNIK, 1996, pág. 19). Para ele, a principal característica dos modos de produção capitalísticos é que eles não funcionam unicamente no registro dos valores de ordem do capital, de troca, mas também no controle da subjetivação, o que o filósofo chama de “cultura da equivalência” ou “sistemas de equivalência na esfera da cultura”. Dessa forma, o capital ocupa-se da sujeição econômica e a cultura, da sujeição subjetiva.

A grande questão é que, uma cultura que pensa em mercado, precisa de margens convenientes, ou seja, as margens são definidas pelo próprio sistema de produção capitalística. Nas palavras do autor, “nas últimas décadas, essa produção capitalística se empenhou, ela própria, em produzir suas margens, e de algum modo equipou novos territórios subjetivos” (GUATTARI & ROLNIK, 1996, pág. 20).

A definição das margens sob o discurso da democracia está na essência da criação das políticas públicas. Definir o que se entende por cultura permite aos governos controlar as culturas periféricas. E de uma maneira geral, na década de 80, contexto da fala de Guattari, os Ministérios da Cultura se consolidavam como órgãos independentes em alguns países como Portugal, por exemplo, ou se abriam para uma cultura mais popular, como foi o caso da França.

Poder-se-ia dizer que, neste momento, Ministérios da Cultura estão começando a surgir por toda parte, desenvolvendo uma perspectiva modernista na qual se propõem a incrementar, de maneira aparentemente democrática, uma produção de cultura que lhes permita estar nas sociedades industriais desenvolvidas. E também encorajar formas de cultura particularizadas, a fim de que as pessoas se sintam de algum modo numa espécie de território e não fiquem perdidas num mundo abstrato (GUATTARI & ROLNIK, 1996, pág. 20).

Mas o que acontece de fato, para o autor, é a reprodução do conceito de cultura-valor, em meio aos conceitos de cultura-alma e cultura-mercadoria, sob uma falsa ideia de democracia que, na verdade, mantém os velhos sistemas de segregação. Este seria um discurso modernista

<sup>2</sup> Guattari coloca o sufixo “ístico” na palavra “capitalista” para criar um termo capaz de englobar não apenas as sociedades classificadas como capitalistas, mas também setores do capitalismo periférico (ou “Terceiro Mundo”), assim como economias ditas socialistas, mas que funcionam sob “uma mesma cartografia do desejo no campo social, uma mesma economia libidinal-política” (GUATTARI & ROLNIK, 1996, pág. 15).

assumido pelos Ministros da Cultura e especialistas que, embora pregue a difusão da cultura no campo social, omite que essa difusão não se dá de forma justa e homogênea.

Aqui no Brasil a política cultural demonstrava seguir os passos europeus<sup>3</sup>. O Ministério da Cultura ganhou sua independência do MEC em 1985, a partir de um projeto pensado por Tancredo Neves, mas colocado em prática pelo seu sucessor, José Sarney. Faremos aqui um pequeno resumo das políticas culturais no país a fim de compreender um pouco melhor nosso contexto.

## 2. BREVE RESUMO DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL

Como afirmado acima, o Ministério da Cultura aqui no país tornou-se independente na década de 80, mas as políticas para a área começaram muito antes, ainda no governo de Getúlio Vargas. Entre 1934 e 1945, o Ministro Gustavo Capanema, quando o órgão ainda era da Educação e Saúde (MES), com a ajuda de intelectuais como Mário de Andrade<sup>4</sup>, Manuel Bandeira, Heitor Villa-Lobos, Carlos Drummond de Andrade, entre outros, iniciou um importante processo de “construção institucional do campo da cultura” (CALABRE, 2015, pág. 5). De uma maneira geral, foi um período em que Vargas voltou-se para a construção de instituições em setores onde o Estado ainda não atuava. Nessa época foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico (SPHAN, que depois viraria o IPHAN), assim como o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE) e o Instituto Nacional do Livro (INL). Não podemos deixar de mencionar também que a radiodifusão teve grande destaque no governo Vargas, tendo ganhado uma legislação específica ainda em 1932.

Em 1953 o Ministério da Educação separa-se da Saúde e torna-se Ministério da Educação e Cultura (MEC). Embora a Cultura tenha ganhado mais espaço dentro da pasta, este não foi um período relevante para o campo de fato, visto que o Estado não promoveu grandes ações, além de muito ter investido na consolidação dos meios de comunicação de massa (CALABRE, 2015, pág. 7). Com o período da ditadura militar, a partir de 1964, em contraste com a repressão e censura do regime, foi, assim como no governo Vargas, um momento de institucionalização do campo da produção artístico-cultural, com a criação do Conselho Federal de Cultura, da Fundação Nacional de Artes (Funarte), a Embrafilme, além da recuperação de instituições como a Biblioteca Nacional e o Museu Nacional de Belas Artes, por exemplo.

Indo ao encontro do que Guattari destaca como um problema das políticas públicas – a definição de margens e a conseqüente limitação do campo – podemos dizer que não foi uma coincidência que as principais medidas de políticas culturais pensadas aqui no Brasil, e também

<sup>3</sup> Segundo Lia Calabre, “um marco internacional na institucionalização do campo da cultura foi o da criação, em 1959, do Ministério de Assuntos Culturais da França, promovendo ações que se tornaram referência para diversos países ocidentais” (CALABRE, 2013, pág.2).

<sup>4</sup> Vale lembrar que Mario de Andrade esteve à frente do Departamento de Cultura de São Paulo de 1935 a 1938, primeiro órgão especificamente criado para a cultura no país (CALABRE, 2015, pág. 6).

em outros países da América Latina, foram nos períodos de maior controle ideológico por parte do Estado, em governos autoritários e ditatoriais. Como nos mostra a historiadora Lia Calabre:

Vivemos, na América Latina, em uma conjuntura que guarda muito da herança do processo histórico originado na década de 1930, momento de fortalecimento e modernização dos Estados Nacionais, no qual o campo da cultura, vinculado ao da educação, também foi objeto de elaboração de políticas. Nas décadas de 1960 e 1970, podem ser identificadas novas iniciativas, por parte dos governos, em inserir a cultura no campo das políticas públicas. Em muitos países da América Latina, esse período correspondeu ao dos governos autoritários, às ditaduras militares. A partir da década de 1980, de maneira gradativa e diferenciada, as questões das políticas culturais foram sendo incorporadas aos programas de governo, dentro da perspectiva da construção de sociedades mais democráticas e menos desiguais. No século XXI, a base do conceito de política cultural foi deslocada para a da ação articulada entre o Estado e a sociedade como um todo – nas suas frações organizadas ou não. Ou seja, a premissa é a de que uma política cultural é, por essência, democrática, logo, só pode ser construída de forma participativa (CALABRE, 2013, pág. 3).

Voltando à democracia, como afirmado anteriormente, Tancredo Neves tinha entre seus planos dar à Cultura um Ministério próprio, plano que foi colocado em prática pelo seu sucessor José Sarney em 1985. Foi neste período também que surgiu a primeira lei de incentivo fiscal, a Lei nº 7.505, de 1986. A medida, que ficou conhecida como Lei Sarney, recebeu muitas críticas, mas é inegável que ela funcionou como um protótipo para os modelos de financiamento público-privados tão comuns hoje. Mas a cultura ainda viria a sofrer seus piores dias. No governo Collor, em 1990, o Ministério da Cultura foi extinto, substituído por uma secretaria e seus órgãos foram redistribuídos. A Lei Sarney também foi extinta e em 1991 foi editada a Lei nº 8.313, a Lei Rouanet, que também previa o uso de incentivo fiscal para a cultura e que está vigente ainda hoje, tendo passado por algumas alterações (CALABRE, 2014, pág. 142).

O período dos governos Fernando Henrique Cardoso foi de valorização na Lei Rouanet, atraindo investidores para a cultura e, conseqüentemente, deixando nas mãos da iniciativa privada parte significativa do apoio à produção artística e cultural do país. A partir de 2003, com o governo Lula, tem-se a ideia de cultura como direito básico e importante pilar para o desenvolvimento da democracia. Lula nomeou o cantor Gilberto Gil como Ministro da Cultura e foi a partir daí que surgiu a proposta dos Pontos de Cultura, foco de nossa observação.

## 2.1. Pontos de cultura

Os primeiros passos dados pelo Ministro Gil foram em direção à sociedade, no intuito de ouvir os diversos setores da cultura nas instâncias não só federais, mas também estaduais

e municipais, por meio dos seminários “Cultura para todos”. Segundo Calabre, a grande contribuição destes seminários “foi a de abrir canais de diálogos entre o MinC e os mais variados atores sociais que atuam no campo da cultura” (CALABRE, 2014, pág. 144), criando uma rede de interlocução entre os agentes envolvidos. A proposta de programa para a cultura na campanha de Lula já demonstrava uma compreensão de cultura por uma perspectiva mais antropológica, não limitada às belas artes e às letras (COSTA, 2011, pág. 26).

O grande mérito da gestão de Gil foi estar atenta à cultura digital e pensar na inserção da população não apenas pelo acesso a ferramentas, mas aos modos de produção neste contexto, como explica a pesquisadora Eliane Costa:

Tomando o computador e a internet como pontos de partida, e não como linha de chegada, o Ministério da Cultura, na referida gestão, foi além da concepção de inclusão digital como mero acesso ao computador, incorporando uma reflexão sobre os usos da tecnologia no campo cultural, bem como a perspectiva da autonomia do usuário e do fortalecimento de uma cultura de redes. Diante do quadro de desigualdade que marca, tanto a sociedade contemporânea, quanto o ciberespaço, o MinC introduziu em suas políticas públicas, no período estudado, a questão dos direitos culturais e da diversidade, procurando fortalecer as oportunidades de acesso aos meios de produção de conteúdos culturais em mídia digital, habilitando, assim, a difusão desses arquivos pela internet (COSTA, 2011, pág. 16).

Entre as principais ações desse período está a criação do Programa Cultura Viva<sup>5</sup>, em 2004, no qual estão inseridos os Pontos de Cultura. O principal objetivo do programa é a ampliação do acesso da população aos meios de produção, circulação e fruição da cultura. Ainda segundo Costa, ele como pilares conceituais a autonomia, o protagonismo e o empoderamento. Nas palavras da autora:

A proposta dos Pontos de Cultura inverte a lógica de atuação do Estado: em vez de levar ações culturais prontas para as comunidades, são estas que definem as práticas que desejam fortalecer, com reconhecimento e apoio do governo. Escolhidos mediante edital público dentre iniciativas já desenvolvidas por organizações da sociedade civil há pelo menos dois anos, em localidades com precária oferta de serviços públicos e equipamentos culturais, nos grandes centros urbanos ou em pequenos municípios, e envolvendo populações de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade social, os Pontos de Cultura selecionados tornam-se responsáveis por articular e impulsionar ações em suas comunidades, passando a receber recursos diretos do Fundo Nacional de Cultura – da ordem de R\$ 5 mil por mês, por três anos (COSTA, 2011, pág. 76).

<sup>5</sup> Vale ressaltar que o Programa Cultura Viva virou Política Nacional de Cultura Viva (PNCV) em 2015, pela chancela da presidente Dilma Rousseff.

Como Costa destaca, o valor recebido pelos Pontos selecionados é relativamente baixo, mas para grupos e coletivos que não tinham incentivo nenhum, faz uma grande diferença, além da chancela do governo ser importante para que tais grupos tenham sua credibilidade e legitimidade reconhecidas pela sociedade e os poderes públicos locais. E em 2015, completos dez anos de sua criação, houve um importante avanço no programa: a possibilidade de autodeclaração como Ponto de Cultura. Ou seja, por meio de um cadastro nacional, entidades, grupos ou coletivos podem se tornar um Ponto de Cultura sem depender de uma pré-avaliação do governo.

Interessa-nos aqui chamar a atenção para a base conceitual do Programa Cultura Viva, visto que ele prega justamente o protagonismo e o empoderamento dos próprios agentes culturais, sendo este um importante passo em direção à construção de uma cultura mais autônoma, que se liberte da ideia de “cultura-valor”. Isto nos leva de volta a Guattari e a ideia de construção de subjetividade.

### 3. A CULTURA E OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

Guattari prefere falar em subjetivação, ou produção de subjetividade, ao invés de ideologia, e compara esta produção a uma natureza maquina, industrial, ou seja, essencialmente fabricada. As máquinas de produção de subjetividade variam de acordo com sua proporção. Podem ser em menor escala, territorializadas, como numa etnia ou uma corporação profissional, ou em escala internacional, como uma produção industrial do sistema capitalístico. Essa produção de subjetividade seria a matéria-prima da evolução das forças produtivas, funcionando como uma economia coletiva do desejo (GUATTARI & ROLNIK, 1996, pág. 25). A influência na subjetividade age no íntimo dos indivíduos, alterando sua maneira de perceber o mundo e se articular como tecido urbano. Isso o permite afirmar que pensar numa revolução, numa mudança social em nível macropolítico, pode dizer respeito também à produção da subjetividade, e isso deve ser levado em conta pelos movimentos de emancipação (GUATTARI & ROLNIK, 1996, pág. 26).

A ideologia, para ele, fica na esfera da representação, quando a produção essencial do que ele chama de Capitalismo Mundial Integrado (CMI) é de uma modelização dos comportamentos, da sensibilidade, da memória, das relações sociais, sexuais e até mesmo dos fantasmas imaginários. Para além da ideia freudiana de sujeito, o filósofo prefere falar de “agenciamento coletivo de enunciação”, que não corresponde a um indivíduo ou a uma entidade social predefinida (GUATTARI & ROLNIK, 1996, pág. 31). São estes agenciamentos de enunciação que produzem a subjetividade, num processo que implica o funcionamento de máquinas de expressão não só de natureza infra-humana ou infra-pessoal, como a percepção, a sensibilidade, o afeto, o desejo, a representação e etc, mas também de natureza extrapessoal, como sistemas máqunicos, econômicos, sociais, tecnológicos, ecológicos, entre outros. Nas palavras do francês:

Não existe uma subjetividade do tipo “recipiente” em que se colocariam coisas essencialmente exteriores, as quais seriam “interiorizadas”. As tais “coisas” são elementos que intervêm na própria sintagmática da subjetivação inconsciente. São exemplos de “coisas” desse tipo: um certo jeito de utilizar a linguagem, de se articular ao modo de semiotização coletiva (sobretudo da mídia); uma relação com o universo das tomadas elétricas, nas quais se pode ser eletrocutado; uma relação com o universo de circulação na cidade. Todos esses são elementos constitutivos da subjetividade (GUATTARI & ROLNIK, 1996, pág. 34).

O que Guattari afirma é que a subjetividade é manufaturada, fabricada individualmente a partir do entrecruzamento de determinações coletivas, o que não quer dizer que a subjetividade coletiva seja resultado do somatório de subjetividades individuais. Já o “processo de singularização da subjetividade se faz emprestando, associando, aglomerando dimensões de diferentes espécies” (GUATTARI & ROLNIK, 1996, pág. 37). Enquanto o capitalismo funciona como uma máquina de produzir subjetividades, a singularização seria um caminho para a autonomia.

Voltando ao que já foi dito anteriormente, se Guattari afirma que os movimentos de emancipação devem levar em conta que uma revolução em nível macropolítico diz respeito também à produção de subjetividade, podemos dizer que os movimentos sociais e coletivos, por exemplo, capazes de afirmar outras maneiras de ser e outras percepções, são movimentos potencialmente autônomos contra a subjetividade capitalística e podem, portanto, levar a processos de singularização da subjetividade.

Numa outra perspectiva, podemos usar outros autores para afirmar a mesma lógica de funcionamento. Michael Hardt e Antonio Negri enxergam nos movimentos sociais um caminho de luta contra o sistema por dentro dele. Recorrem a Deleuze ao citarem que “pertencemos aos dispositivos e atuamos no seu seio” e complementam afirmando que “a chave da ação política hoje, a partir deste ponto de vista, envolve a luta pelo controle ou a autonomia da produção de subjetividade. A multidão se faz compondo no comum as subjetividades singulares que resultam deste processo” (HARDT & NEGRI, 2009, pág. X)<sup>6</sup>.

Negri, desta vez com Maurizio Lazzarato, ao falar da classe operária, afirma que sua própria existência enquanto classe depende de uma recomposição política, um posicionamento de negação enquanto força de trabalho e afirmação de sua autonomia (LAZZARATO & NEGRI, 2001, pág. 17).

Em outras palavras, ambos afirmam que é possível uma autonomia, partindo de dentro do próprio sistema, levar à singularização. Enquanto a economia subjetiva capitalística, segundo Guattari, leva a uma infantilização da vida diária, onde “pensam por nós, organizam por nós a

<sup>6</sup> No original: “‘We belong to the *dispositifs*, and act within them’. [...] A key scene of political action today, seen from this vantage point, involves the struggle over the control or autonomy of the production of subjectivity. The multitude makes itself by composing in the common the singular subjectivities that result from this process”.

produção e a vida social” (GUATTARI & ROLNIK, 1996, pág. 41), fazendo com que tudo dependa da mediação do Estado – dependência essencial na subjetividade capitalística – o próprio autor, porém, coloca a criação num lugar alternativo dentro dessa lógica:

Se considerarmos o que efetivamente se passa no campo da criação artística e científica, jamais encontraremos sistemas de centralização, instituições que controlem totalmente os processos criativos. De algum modo, as produções artísticas e científicas procedem de agenciamentos de enunciação que às vezes atravessam não só as instituições e as especialidades, mas também países e até épocas. Há sempre uma espécie de multicentragem dos pontos de singularização no campo da criação. Isso não impede que haja, num momento ou noutro, um indivíduo criador ou uma escola [...]. Só na cabeça dos generais e dos déspotas da cultura é que existe a ideia de que se possa programar uma revolução, por exemplo, cultural. *Por essência, a criação é sempre dissidente, transindividual, transcultural* (GUATTARI & ROLNIK, 1996, pág. 36) (*grifos do autor*).

Retomando a questão dos Pontos de Cultura, embora seja um programa governamental, portanto delimitador de bordas, não podemos ignorar que trata-se de uma medida que, de certa forma, subverte essa ordem capitalística a partir do momento em que dá aos grupos a possibilidade de seguirem construindo sua própria cultura, de dentro para fora. Embora Guattari afirme que não há cultura autônoma, apenas dos mercados econômicos e do poder, ele mesmo evoca a criação artística como *dissidente e transcultural*. Nesse sentido, devemos ficar atentos às ideias potentes que possam, de alguma maneira, ir contra o sistema capitalístico.

De maneira crítica não podemos perder de vista que nem sempre a autonomia prevalecerá, pois cada lugar e cada grupo terão suas ideologias e interesses que muitas vezes reproduzem internamente a lógica capitalística, mas devemos lembrar também que o programa Cultura Viva permitiu que grupos como comunidades de jongo, quilombolas ou indígenas<sup>7</sup>, por exemplo, tivessem acesso a recursos que dificilmente teriam, possibilitando uma mobilização em rede com outras, semelhantes ou não, o que fortalece sua cultura e amplia os horizontes para o futuro das comunidades. Pensando a médio e longo prazo, o impacto educacional e social amplia as chances de um pensamento mais autônomo.

#### 4. CONCLUSÃO OU PONTOS DE POLINIZAÇÃO

Podemos também ligar a ação dos Pontos de Cultura à metáfora da polinização do economista Yann Moulier Boutang. O francês usa as abelhas para exemplificar a lógica econômica atual. Na economia política tradicional, o papel das abelhas é o de produzir mel e cera, enquanto na natureza o real e indispensável trabalho das abelhas é a polinização, cumprindo uma

<sup>7</sup> A relação completa dos Pontos de Cultura do país está disponível no Mapa Cultura Viva no link: <http://culturaviva.org.br/#lat=-0.9774344238459801&lng=-48.136936988976345&zoom=4> (Acesso em: 12 de dezembro de 2015).

importante função para o equilíbrio da vida na biosfera. Diante de tamanha importância, o valor da polinização das abelhas não tem preço (MOULIER BOUTANG, 2012, pág. 76). Segundo Boutang, a polinização não é percebida, embora represente  $\frac{3}{4}$  da produção da abelha, enquanto damos importância a apenas  $\frac{1}{4}$  de sua ação, representado pela produção de cera e mel.

Fazendo um paralelo com os Pontos de Cultura, enquanto agentes autônomos e empoderados, suas ações repercutem não apenas no imediatismo da chancela Estatal, mas, a longo prazo, funcionam como grandes polinizadores que expandem as linhas limítrofes impostas pelas políticas públicas. Segundo os dados do MinC, desde a criação do programa Cultura Viva, em 2004, foram implementados 4.500 Pontos de Cultura no país, e a meta prevista no Plano Nacional de Cultura é chegar a 15.000 Pontos de Cultura em funcionamento até 2020<sup>8</sup>. Ainda estamos longe de atingir tal meta, e provavelmente não a atingiremos a tempo, mas este certamente é um bom norte. Como proposto ainda no resumo deste trabalho, não pretendeu-se aqui defender um governo específico, mas tentar enxergar uma via alternativa, valorizando uma proposta de política pública com potencial para dar uma real autonomia ao campo da cultura.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALABRE, Lia. Desenvolvimento de políticas públicas culturais. Texto desenvolvido para a segunda edição do *Curso de Formação para Gestores Públicos e Agentes Culturais do Estado do Rio de Janeiro*, 2015.

\_\_\_\_\_. Política Cultural em tempos de democracia: a Era Lula. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n58, p. 137-156, jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Políticas Culturais – Panorama Internacional. Texto desenvolvido para a primeira edição do *Curso de Formação para Gestores Públicos e Agentes Culturais do Estado do Rio de Janeiro*, 2013.

COSTA, Eliane. *Jangada Digital: Gilberto Gil e as políticas públicas para a cultura das Redes*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2011.

GUATTARI, Felix & ROLNIK, Suely. *Micropolítica – cartografias do desejo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. *Commonwealth*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2009.

LAZZARATO, Maurizio & NEGRI, Antonio. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MOULIER BOUTANG, Yann. Revolução 2,0, Comum e Polinização. In: COCCO, Giuseppe & ALBAGLI, Sarita (Org.). *Revolução 2.0 e a crise do capitalismo global*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

<sup>8</sup> Dados dos Pontos de Cultura disponíveis em: <http://www.cultura.gov.br/cultura-viva1> (Acesso em: 12 de dezembro de 2015). As Metas do Plano Nacional de Cultura podem ser acessadas pelo link: [http://www.cultura.gov.br/documents/10883/11294/METAS\\_PNC\\_final.pdf/](http://www.cultura.gov.br/documents/10883/11294/METAS_PNC_final.pdf/) (Acesso em: 12 de dezembro de 2015).

[Voltar ao Índice dos Trabalhos](#) ↻

**POLÍTICAS DE SALVAGUARDA DA CULTURA IMATERIAL, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DIÁLOGOS ENTRE IPHAN E DETENTORES NA CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DE REGISTRO DAS CONGADAS MINEIRAS: O CASO DO REINADO DE SANTO ANTONIO DO MONTE E ARAÚJOS, NA REGIÃO CENTRO-OESTE**

Francimário Vito dos Santos<sup>1</sup>

**RESUMO:** Está em curso pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN/MG, a pesquisa de Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, para embasamento do Pedido de Registro das congadas mineiras. Interessa-nos compreender através da observação participante os processos de construção da política, tendo como foco a mobilização da base social, as parcerias entre os entes públicos e privados e a construção de diálogos com os detentores e a comunidade. É de igual interesse observar as implicações que ocorrem quando o poder público municipal passa a organizar o reinado. O objetivo é refletir sobre o processo de patrimonialização e a diversidade de contextos onde ocorrem os ritos que compõem as festas de reinado em Santo Antônio do Monte e Araújos. Haja vista que no segundo o poder público municipal tem uma grande influência sobre a organização da festa, enquanto no primeiro sua participação é mínima, ficando a cargo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reinado; Patrimônio imaterial; Pedido de Registro; Políticas Públicas; Participação social.

## 1. INTRODUÇÃO

O culto em louvor a Nossa Senhora do Rosário é antigo e antecede ao período da colonização portuguesa no Brasil. Em território brasileiro, os congados são manifestações artísticas e religiosas, cujas homenagens são recorrentes à Virgem do Rosário e São Benedito. No entanto, outros santos consagrados pela Igreja Católica são inseridos nos festejos como, por exemplo, Santa Efigênia, Divino Espírito Santo, Nossa Senhora da Conceição, Santo Antônio e outros. É na região sudeste, mais precisamente no estado de Minas Gerais, onde há uma maior ocorrência dos festejos. Tanta expressividade contribuiu para que fosse dado início pelo Ministério da

<sup>1</sup> Mestre em Antropologia Social pela UFRN. Especialista em Patrimônio pelo Programa de Especialização em Patrimônio – PEP/IPHAN. Professor Adjunto I do Centro Universitário de Formiga – UNIFOR-MG. E-mail.: [francimariovitos@gmail.com](mailto:francimariovitos@gmail.com)

Cultura, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, o processo de produção de conhecimento com o objetivo de fundamentar o seu Pedido de Registro. No centro-oeste mineiro, os festejos recebem o nome de “reinado”, em outras regiões são conhecidos por “congadas” e “congados”, noutras por “catupé”, e, ainda, como “moçambique”. Essa pluralidade de termos sinaliza para a existência de um campo de pesquisa diverso e complexo do ponto de vista etnográfico e analítico.

Mesmo que o intuito da discussão não trace um apanhado de ideias sobre as origens do folguedo, haja vista que o interesse maior é compreendê-lo a partir de uma perspectiva processual, portanto, antropológica, penso que, em termos introdutório, seja interessante trazer alguns dados a esse respeito. Alguns estudiosos do folclore também contribuem na tentativa de estabelecer marcos temporal e territorial a respeito dos cultos e festividades em homenagens aos santos negros. Para Cascudo (2010) trata-se de um folguedo de formação afro-brasileira, em que se destacam as tradições históricas, os usos e costumes tribais de Angola e do Congo, com influências ibéricas, no que diz respeito à religiosidade. “Especificamente, como vemos e lemos no Brasil, nunca esses autos existiram no território africano” (CASCUDO, 2010. p. 150).

Fato esse também percebido pela pesquisadora Eloisa Borges em sua pesquisa de mestrado sobre o reinado em Santo Antônio do Monte. “O congado tem como principais elementos constitutivos as cerimônias de coroamento de reis negros, perpétuos e festeiros, os cortejos processionais, as danças e cantigas” (BORGES, 1997. p. 12). Supostamente, três motivos contribuíram para o processo de fragmentação da totalidade das congadas: transformações histórica, econômica, social e política; a morte dos velhos congadeiros e a perseguição implacável da Igreja Católica, destaca a autora.

Em meados do século XX, há no Brasil algumas ações que visam ao registro das práticas culturais criadas pelo povo em todo seu território. Entram em cena os chamados folcloristas. Algumas críticas que se costumam tecer acerca dos textos folclóricos dizem respeito à busca por elementos capazes de definir as origens e, conseqüentemente, à autenticidade das práticas culturais. Segundo Vilhena (1997), as contribuições dos folcloristas foram cruciais para a definição de um discurso político ideal. Assim, foi possível estabelecer um ideário de nacionalidade brasileira ou “cultura brasileira”. Para alguns pesquisadores, resguardadas as devidas limitações, os resultados desses estudos apresentavam “uma visão simplificadora da realidade, que, muitas vezes, perdia a dimensão e sua riqueza” (COSTA, 2012. p. 65).

Assim como Rabaçal (1976), por enxergar a complexidade das manifestações populares em torno de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, optou por nomeá-las de “Congos, Congados e Congadas”, com o objetivo de compreendê-las na sua pluralidade, optei por usar o termo “reinado”, por levar em consideração que nos contextos de pesquisas os quais apresento no artigo – Santo Antônio do Monte e Araújos – é recorrente o uso da referida terminologia

pelos moradores para a definição desse momento festivo, que acontece anualmente na segunda quinzena do mês de agosto. “Ainda que cada participante tenha uma predileção por tal santo milagroso, Nossa Senhora do Rosário e São Benedito constituem o denominador comum da devoção da maioria dos congadeiros” (RABAÇAL, 1976. p. 43).

Para Costa (2012), que pesquisou as congadas em Serra do Salitre, na região do Alto Parnaíba, os congados representam a aparição de Nossa Senhora do Rosário o que estruturou as comemorações atualmente marcadas pela participação dos ternos. “É o evento mítico situado no tempo do cativo, e que a partir dele foi instaurado um *reinado* idealmente responsável pela conformação da festa como um todo” (COSTA, 2012. 67). Portanto, assegura a autora, “o *reinado*, garante que a festa seja realizada com muita alegria, dança, cantoria e comida” (Idem). Além disso, a festa de reinado é composta por reis perpétuos, reis congos, festeiros, mordomos e ternos compostos pelos congadeiros.

O termo *reinado* carece de uma reflexão pormenorizada, uma vez que se estrutura a partir de uma complexa rede de significados que interligam o plano das crenças religiosas à vida cotidiana dos congadeiros, reis, festeiros e devotos dos santos padroeiros. O *reinado* comporta uma gama de ritos: ritual de levantamento dos mastros, coroação de reis e rainhas, pagamento de promessas, cortejos e procissões, missa conga e outras formas de homenagens aos santos.

Para entender a amplitude simbólica do *reinado* e o lugar do culto à Virgem do Rosário nesse festejo religioso, que é o ritual de coroamento de reis e rainhas, Vilarino (2014), com base na fala da rainha conga de Minas Gerais sobre a função de uma coroa nos ritos congadeiros, faz a seguinte ressalva: “A coroa é a confirmação da presença da força protetora da santa junto àquele rei/rainhas coroados” (VILARINO, 2014. p. 100).

Outra função, não menos importante que se percebe no contexto do *reinado*, além do culto à santa e demais rituais que os envolve, é o fato de promover entre os ternos (grupos de dançadores), sobretudo, aqueles compostos por negros, a noção de pertencimento aos ancestrais escravos. Assim, é possível perceber que o *reinado* “esteve [e está] diretamente associado à escravidão, é uma manifestação religiosa em que seus praticantes rememoram aquele tempo através de seus rituais” (VILARINO, 2014. p. 97). A fina observação etnográfica sobre as “festas dos pretos” associada aos relatos colhidos “parecem associar Nossa Senhora do Rosário à Liberdade e São Benedito ao cativo” (COSTA, 2012. p. 54). Elementos que forçam a postura de seriedade, devoção e respeito adotada pelos congadeiros durante os dias de *reinado*.

Assim, após rápida introdução acerca das manifestações festivas em homenagem aos santos padroeiros, o objetivo do artigo é trazer algumas reflexões acerca do processo de patrimonialização e a diversidade de ritos em louvor a virgem do Rosário, com destaque para a festas de *reinado* em Santo Antônio do Monte e Araújos, sobretudo, no que diz respeito à sua organização. Para isso, trago como exemplo empírico a realidade de Araújos, onde a presença do poder

público municipal é massiva tanto na estrutura como na organização da festa; enquanto que, no primeiro a organização, implementação e estrutura do evento ficam a cargo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, junto aos congadeiros e comunidade. De modo que torna-se possível observar as implicações que ocorrem, quando o estado passa a comandar festejos de origem popular. Interessa-nos, também, compreender os processos de construção da política, tendo como foco a mobilização da base social (comunidade e detentores), as parcerias entre os setores públicos e privados, e a construção de diálogos envolvendo os detentores e a comunidade.

## 2. A NOÇÃO DE *RAIZ* E O PERÍODO EXTRACOTIDIANO IMPOSTO PELAS FESTIVIDADES DE REINADO

Para dar mais consistência à discussão, peço emprestado a Costa (2012) o termo *terno de raiz*, usado por ela, a partir dos discursos dos congadeiros locais, para pensar meu contexto de pesquisa. “*Terno de raiz* ou *terno legítimo* é aquele que mantém as características informadas pela tradição” (COSTA, 2012. p. 127). Nesse sentido, é possível perceber que os ternos de Moçambiques, podem ser pensados a partir da referida categoria.

Segundo a tradição, os antigos escravos dançadores do Moçambique eram exclusivamente pessoas mais velhas (os pretos-velhos) que dançavam em círculos vestiam saia, e usavamoringas nos calcanhares e joelhos – chocalhos feitos de cabaça. Costuma-se seguir as cores tradicionais do estilo – branco, azul e rosa em homenagem à Nossa Senhora do Rosário (COSTA, 2014. p. 132-135).

Em Santo Antônio do Monte, contexto etnográfico das observações, há vinte e três ternos de congadas, destes apenas três são ternos de Moçambiques, e apenas um, terno de Vilão. Este, além de possuir alguns instrumentos musicais como tambores sanfonas, o que chama a atenção são os bastões ou *varinhas* – termo comumente falado pelas pessoas da cidade - enfeitados com fitas coloridas, e o fato de seus dançadores portarem chapéus semelhantes aos que são usados pelos militares. Como observa Costa (2012), o Vilão possui uma *performance* própria mais ligada à dança do que às músicas. A coreografia (ou bailado), que dramatiza um confronto, aparece como aspecto específico do estilo, enfatiza a autora.

No que se refere aos ternos de Moçambiques existentes na cidade, apenas dois trajam vestes que representam tradicionalmente as cores usadas por Nossa Senhora (branco e azul), elementos que segundo Costa (2012), podem se caracterizar como terno de *raiz*, ideia defendida pelos Moçambiques de Serra do Salitre. O outro grupo, chamado de Moçambique São Benedito, seus dançadores estão caracterizados com as cores do santo, ou seja, branco amarelo, marrom e branca<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> “As imagens de São Benedito presentes na Serra de Salitre e na região como um todo, além de representá-lo como negro, e vestindo uma roupa franciscana marrom, o que tornou essa cor, junto ao amarelo, representativa do santo nas festas em sua homenagem” (COSTA, 2012. p. 60).

Em contrapartida, o terno os “Canarinhos da Serra”, descrito pela referida autora, se distancia do conceito de *raiz*, enfatizado pelos dançadores dos ternos de Moçambiques e do Vilão, sobretudo, a partir do uso de elementos performáticos. Desse modo, “a batida forte e o vestiário inovador, sobretudo, das dançarinas, procuram mais chamar a atenção e, assim, se sobrepor aos outros ternos, do que corresponder ao estilo legítimo” (COSTA, 2012. p. 142).

No que diz respeito aos outros dezenove ternos de congadas existentes na cidade, pode-se estabelecer uma relação de aproximação de estilo entre os ternos Beija-Flor e Cateretê da Serra de Salitres, o que nas palavras de Costa (2012) “são desvinculados da tradição, e são mais permissivos quanto às regras, pois trazem apenas meninas entre suas integrantes, além de capitãs” (COSTA, 2012. p. 143). É o caso dos ternos Congada Filhas de Maria e Congada Meninas do Rosário, até onde pude observar.

A diversidade dos ritos festivos e devocionais que mesclam elementos religiosos afro-brasileiros e católicos, praticados anualmente em todas as regiões mineiras, a partir de um calendário tradicional, e a noção de pertencimento e fortalecimento dos grupos que através da cultura reafirmam os vínculos com seus ancestrais negros escravos, tudo isso, associado ao caráter festivo que dá um atributo extracotidiano às cidades e comunidades rurais durante os dias de louvores, são evidências que chamam a atenção do Estado brasileiro para viabilizar políticas públicas de salvaguarda que assegurem sua manutenção e reforcem o valor simbólico e material perante os detentores<sup>3</sup>.

O contexto de excepcionalidade impulsionado pelas festividades em homenagens aos santos padroeiros permite que a cidade vivencie um período fora do comum, pois somente “o rito dá asas ao plano social e inventa, talvez, sua mais profunda realidade” (DAMATTA, 1981. p. 31).

### **3. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA NO ÂMBITO DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL E O PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO DA BASE SOCIAL**

Ficam evidentes, com base nas reflexões acima, que as manifestações que fundamentam os ritos festivos em louvor aos “santos pretos”, além de demarcarem um momento especial que rompe com a vida cotidiana, propiciam que os sujeitos devotos possam revisitar as memórias afetivas de tempos antigos e ressignificá-las. Memórias essas que são reforçadas de tempos em tempos, durante as festividades, e contribuem para o fortalecimento da identidade negra dos grupos. As cantigas, danças, adereços, instrumentos e tantos outros elementos ritualísticos que compõem o folguedo são cruciais para que os congadeiros acessem as memórias do cativo vivido pelos seus ancestrais, e passem a ressignificá-las através de uma postura

<sup>3</sup> É interessante destacar que no tocante à implementação de políticas de salvaguarda o Estado só se manifesta mediante anuência, por escrito, dos principais interessados na manutenção da prática, no caso os detentores.

de resistência e de lutas. Isso os torna sujeitos autônomos e politicamente conscientes de suas condições de exclusão.

O fato de os congadeiros estarem imbuídos desses sentimentos de resistência e luta, foi crucial e serviu de ponto de partida para o início das primeiras ações de mobilização com vistas a salvaguardar as festividades que acontecem no estado de Minas Gerais, em torno do culto à virgem do Rosário. Esforços coletivos de detentores, base social, poderes públicos locais e entidades representativas (associações e irmandades)<sup>4</sup>, fizeram chegar ao IPHAN, um documento solicitando o Pedido de Registro das congadas mineiras. A partir daí o órgão deu início às pesquisas de mapeamento e identificação através do uso de metodologia própria, o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, que tem como objetivo juntar evidências possíveis para embasar a referida política de proteção. É interessante, nesse caso, destacar o caráter coletivo das ações de solicitação de Pedido de Registro. “As propostas de Registro devem ser necessariamente coletivas, envolvendo, sempre que possível, a representação dos detentores dos bens em questão” (IPHAN, 2010. p. 23). Assim, o caráter coletivo do pedido, junto ao caráter descentralizador da instrução do processo e o caráter transitório da inscrição formam as características que diferem o Registro do Tombamento.

Juridicamente, o reconhecimento possui bases legais no Decreto 3.551 de 4 de agosto de 2001, que institui o “Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências” (BRASIL, 2000). Ação essa que segundo Laurent Lévi-Strauss sinaliza que “o Brasil tomou iniciativa notável” (2001. p. 23). Sobretudo, porque, durante muito tempo, o estudo e a salvaguarda das formas de patrimônio cultural imaterial, “em particular aquelas ligadas à vida cotidiana e às culturas populares, serem vistas como primos pobres das políticas de conservação do patrimônio, se comparadas com os meios e esforços consagrados às obras de artes e aos monumentos” (LÉVI-STRAUSS, 2001. p. 23).

Não resta a menor dúvida sobre a importância de tal instrumento jurídico nas ações de implementação e fortalecimento das manifestações populares existentes no Brasil, em particular, aquelas cujos detentores têm um significativo legado na formação da identidade de brasilidade, como os povos originários, a saber, indígenas e afro-brasileiros, culturas e formas de vidas que, por muitos anos, foram deixadas de escanteio pelo Estado.

<sup>4</sup> Em 2008 foi encaminhado, ao Presidente do IPHAN, ofício do Prefeito Municipal de Uberlândia solicitando o reconhecimento das *Congadas de Minas* como Patrimônio Cultural do Brasil. Esta solicitação foi acompanhada de cartas de apoio dos municípios de Uberaba, Campos Altos, Ibiá, Frutal e Monte Alegre de Minas, e da Associação dos Congos e Moçambiques Nossa Senhora do Rosário de Ibiá, que reiteram a importância desta expressão religiosa e cultural no estado. Após uma série de deliberações junto à prefeitura de Uberlândia e internos ao IPHAN, em 2011 foi enviada cópia do processo de Registro das *Congadas de Minas* para a Superintendência do IPHAN em Minas Gerais, que a partir de então ficou responsável pelas pesquisas e encaminhamentos necessários à instrução do referido processo. Em julho de 2012 o IPHAN/MG iniciou os trabalhos de inventariamento das Congadas de Minas, utilizando a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais.

Para compreender a complexa história da política cultural brasileira, incluindo os processos de estagnação, descasos políticos, falta de investimentos e tantos outros, Rubim (2010) dá algumas pistas. Para ele, a área de cultura enquanto uma política de estado brasileiro, é marcada por ‘tristes tradições’: “ausência, autoritarismo e descontinuidade” (RUBIM, 2015 p. 11).

Não me interessa, no momento, realizar um apanhado de ações políticas com base nas três tradições. De acordo com Rubim (2015), o governo Dilma, no que se refere às ações de políticas culturais tem sido marcado por “descontinuidades”. Os dois anos de experiência atuando como consultor da UNESCO, realizando atividades específicas no Departamento de Patrimônio Imaterial – DPI/IPHAN, permitiram-me acompanhar a saga que é a descontinuidade de ações já em andamento, sobretudo, por restrições de recursos financeiros. Na maioria das vezes, os técnicos já têm ido à localidade, iniciado um processo de mobilização e diálogo junto aos grupos, além de comprometerem-se moralmente com a continuidade das ações. De repente, de uma hora para outra, vem a informação via chefia imediata de que os recursos destinados ao projeto em andamento foram suspensos, porque o Ministério da Cultura foi atingido com cortes de gastos. Outros casos de descontinuidade de ações dependiam, para assim prosseguir, de suas aprovações no orçamento do ano seguinte.

Enfim, os projetos são paralisados e todo um trabalho realizado como os detentores é interrompido, ocasionando entre os integrantes do grupo um sentimento de frustração e descrédito. Foi o que aconteceu às ações do projeto de Pedido de Registro das Congas mineiras, sobretudo, no que tange aos diálogos já em estágio bastante adiantado entre os congadeiros, lideranças políticas municipais e o IPHAN.

Não é meu propósito nesse artigo fazer um apanhado dos diversos momentos históricos da política cultural brasileira, mas pontuar algumas ações, sobretudo no âmbito da preservação do patrimônio imaterial, a partir do referido decreto. Nesse sentido, direciono meus esforços para análise de algumas ações que marcam um contexto antes e outro depois das “Políticas Culturais no Governo Lula” (RUBIM, 2010).

Anterior ao Decreto, e de importância ímpar, a Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 216, prevê o reconhecimento dos bens culturais imateriais como patrimônio a ser preservado pelo Estado em parceria com a sociedade. O artigo define, também, que o poder público – com a colaboração da comunidade – promoverá e protegerá o Patrimônio Cultural Brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento.

Embora o instrumento jurídico que salvaguarda os bens culturais de natureza imaterial tenha sido sancionado, ainda nas gestões do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso,

e do Ministro da Cultura Francisco Weffort, com saldo dos bens registrados<sup>5</sup>, o período de 2003 a 2011, que corresponde às duas gestões do Presidente Lula, que teve como Ministro da Cultura, na primeira gestão Gilberto Gil, e no segundo mandato, o ministro Juca Ferreira, foi definitivamente decisivo para a consolidação e implementação da política de salvaguarda dos bens intangíveis. Foi possível perceber que o período contabilizou o Registro de 21 (vinte e um) bens, distribuídos em todas as regiões do país, e inscritos nos quatro livros<sup>6</sup>.

Diante do quadro de avanços das ações de preservação da política, é crucial fazer um apanhado das transformações, sobretudo, no que se refere às lutas e demandas impostas pelos movimentos sociais. Como bem frisa Soto *et al* (2010) nos governos democráticos representativos, os direitos políticos dos cidadãos incluem a possibilidade de participar das decisões governamentais (SOTO *et al*, 2010. p. 26). A autora refere-se ao mecanismo democrático denominado participação social, ou como se costuma falar no dia a dia das ações de salvaguarda de patrimônio imaterial do IPHAN: mobilização da base social, de modo que o diálogo com a sociedade permitiu enfrentar os autoritarismos, enfatiza Rubim (2015). Para melhor elucidar a ideia de participação social nos processos de decisão política do governo Lula, é preciso ir ao cerne da questão:

As lutas sociais e o processo de organização popular fizeram com que em 1989 a nordestina Luiza Erundina fosse eleita prefeita do município de São Paulo, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que por sua vez convidou a filósofa Marilena Chauí para assumir a pasta da secretaria de Cultura. Marilena Chauí instituiu o conceito de Cidadania Cultural, apregoando a cultural como um direito do cidadão (BEZERRA E WEYNE, 2013. p. 06).

Estavam, portanto, plantadas as bases que viriam a ser o modelo de política cultural do futuro governo nacional petista, a partir de 2003, acrescenta a autora. Em seu discurso de posse, o Ministro Gilberto Gil (2003) deixa evidente o “início de uma nova fase na política cultural do país”, no sentido antropológico, com a preocupação em “revelar os brasis”, suas múltiplas manifestações culturais, e na retomada do papel ativo do Estado na formulação de políticas culturais, procurando, sobretudo, estabelecer diálogos e compartilhar com a sociedade brasileira a revisão, formulação e execução das políticas públicas de cultura. Nesse sentido, a cultura, pela primeira vez na história do país, passou a ser vista como importante ferramenta de inclusão, cidadania e desenvolvimento. A democratização e acesso aos bens culturais decorrentes da implementação dessas mudanças podem ser percebidas em diversas áreas no campo institucional das políticas culturais. No âmbito das políticas de preservação da cultura imaterial é possível

<sup>5</sup> Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, inscrito no Livro de Registro dos Saberes (20/12/2012), e a Arte Kusiwa – Pinturas Corporais e Arte Gráfica Wajãpi, inscrita no Livro de Registro Formas de Expressão do IPHAN, na mesma data.

<sup>6</sup> Informações disponíveis no site <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/228>.

perceber inúmeras ações, sobretudo, no que tange ao reconhecimento de práticas culturais produzidas por populações até então desmerecidas pelo Estado como grupos indígenas e afro-descendentes, cuja importância é fundamental para formação da identidade brasileira<sup>7</sup>.

O primeiro contato estabelecido entre os congadeiros de Santo Antônio do Monte e o IPHAN se deu em agosto de 2014, por ocasião de uma reunião realizada entre os representantes da empresa terceirizada responsável pela coleta de dados para compor a primeira fase do INRC. Na ocasião, fui convidado pelo presidente da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário a estar presente. A pesquisadora apresentou o projeto, expôs os objetivos, falou sobre a atuação do IPHAN, em seguida, abriu a sessão para perguntas e questionamentos dos congadeiros. As perguntas giraram em torno das interferências do órgão sobre o reinado, desde a imposição de mudanças a recursos financeiros. Após o término da reunião, orientei o presidente da Irmandade a encaminhar um ofício à Superintendência do órgão no Estado de Minas Gerais, solicitando a visita de um técnico para prestar mais esclarecimentos sobre o projeto.

Um ofício em resposta chegou à Irmandade confirmando a reunião para novembro de 2014. Próximo à data acertada, o compromisso foi desmarcado sob a alegação de problemas técnicos burocráticos. No ano seguinte, em março, o ofício foi refeito, e eu fui à Superintendência do IPHAN entregá-lo, pois o objetivo era que a referida reunião ocorresse antes das festividades do reinado, que acontecem entre os meses de julho e agosto. Em resposta à solicitação, o órgão agendou uma visita para os dias 10 e 11 de junho de 2015. De fato, o primeiro diálogo entre o técnico e os detentores aconteceu na sede da Irmandade. Na ocasião, o servidor destacou tópicos importantes, como o papel do IPHAN durante e após um processo de Pedido de Registro, deixando explícito que em nenhum momento o órgão interferiria nas dinâmicas das congadas nem na organização do reinado; nem o fato de um bem cultural ser reconhecido com patrimônio cultural em nível nacional implicaria no recebimento de recursos financeiros oriundos do governo. A posição do órgão é de prover políticas públicas de culturas visando à manutenção do bem.

No dia seguinte, o técnico reuniu-se com o prefeito, a secretária de Educação e Cultura, e o presidente da Irmandade. Apresentou-se o projeto e a justificativa pela qual as congadas da cidade tinham sido escolhidas para uma pesquisa mais detalhada. Entre os 332 municípios que mantinham vivas as festividades em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, Santo Antônio do Monte estava incluso, e que o passo seguinte das pesquisas seria a realização de Encontros Regionais de congadeiros, em cidades polo, com a presença de pelo menos dois integrantes de cada congada. Imediatamente, o prefeito sugeriu que o evento fosse sediado na cidade, e justificou seu interesse oferecendo o prédio do SEDUC, para a realização do evento, além de

<sup>7</sup> Para que tais ações atingissem de forma democrática os mais diversos grupos localizados no interior do país, foram necessárias medidas de reestruturação dos órgãos de cultura. Foi quando, pela primeira vez na história do IPHAN, houve concurso destinado a contratação de técnicos especializados em diversas áreas do conhecimento.

outras parcerias. Justificou ainda, como forma de enfatizar a grandiosidade do reinado perante a região, que várias congadas de cidades vizinhas vêm para a cidade na época dos festejos. O técnico ouviu as propostas e ficou de analisar junto ao superintendente, e que, posteriormente, daria uma resposta.

No dia 13 de agosto de 2015, portanto, em pleno *reinado*, o técnico do IPHAN retornou à cidade para comunicar ao prefeito que o município seria uma das cidades a sediar um dos Encontros Regionais de congadeiros<sup>8</sup>. Enfim, de acordo com o técnico, o calendário dos encontros estava previsto para acontecer entre os meses de novembro de 2015 e fevereiro de 2016, no entanto, até o momento tais ações ainda não foram executadas. O que se sabe é que, enquanto o orçamento da União, referente ao ano letivo de 2016 não for aprovada, não há expectativas quanto à continuidade das ações do projeto. O cenário que pareceria estar fluindo do ponto de vista da construção de diálogos e mobilização da base social sofreu uma interrupção. O que só reforça de forma direta e contundente a realidade de descontinuidade que se instalou na gestão do governo Dilma.

#### 4. POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA E A PARTICIPAÇÃO DO PODER

##### PÚBLICO NA GESTÃO: O CASO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE E ARAÚJOS

O primeiro contato que estabeleci com os congadeiros de Santo Antônio do Monte partiu de um convite do presidente da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, para que eu participasse de uma reunião com as presenças dos pesquisadores contratados pelo IPHAN e os detentores, cuja pauta era a realização de uma pesquisa sobre as congadas mineiras. O mais interessante ainda estava por vir. Antes do evento alguns participantes me perguntaram sobre o que seria a reunião, e de modo geral, expus, destacando que o instituto do órgão público encarregado é de criar ações destinadas à preservação e continuidade das práticas culturais de relevante valor afetivo para os grupos locais e, conseqüentemente, para o Brasil como um todo. Após isso, ouvi uma frase meio sussurrada saindo da plateia: “mas nós não aceitamos que o nosso reinado fique como o de Araújos!” Bom, inicialmente, eu senti que a frase soou como uma resistência à presença do IPHAN, por se tratar de um órgão público. A frase, se tornou uma questão a ser melhor investigada.

Após a reunião, abriu-se um espaço para os congadeiros se pronunciarem e sanar algumas dúvidas. O presidente da irmandade foi o primeiro a pedir a palavra, e sua observação foi em tom de desabafo, alegando que, durante muitos anos, os “órgãos públicos” gestores de cultura os procuraram para realizar estudos e pesquisas, e colher dados sobre o reinado, fazendo

<sup>8</sup> Os Encontros Regionais com os congadeiros, serão realizados em sete municípios mineiros, em data ainda por definir: Divinópolis, Machado, Montes Claros, **Santo Antônio do Monte**, São João Del Rei, Sete Lagoas e Uberlândia. Conforme documento oficial expedido do IPHAN/MG.

uma série de promessas, e ao final dos trabalhos, nunca voltaram para mostrar seus resultados. É igualmente interessante, que, em sua fala, poder público dá a entender que é uma única coisa, não há distinção nítida se é municipal, estadual ou federal. O poder público trata a cultura com descaso. Depois, eu apurei que tais estudos tinham sido realizados pelo IEPHA - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. Como já expus no texto acima, no geral, a grande preocupação dos congadeiros era de que forma o IPHAN iria interferir na organização da festa de reinado. Foi por conseguir associar o desabafo do presidente com a frase que partiu da plateia, antes da reunião ter início, mais a grande questão que foi inerente aos detentores, que resolvi problematizar esse tópico.

Depois, em conversas e informações com alguns congadeiros e comunidade em geral, comecei a entender que havia uma diferença entre as festividades de reinado da cidade e aquelas que acontecem na cidade vizinha de Araújios. Ouvi queixas no seguinte sentido: “o reinado virou uma micareta, com trio elétrico, muita bagunça”. “Nós não queremos que aqui fique igual ao que findou o reinado de Araújios”. Mas o que havia contribuído para tal transformação, a ponto de causar tanta resistência por parte dos moradores e congadeiros? A resposta não demorou a vir. O fato é que, em Araújios, a organização do reinado está sob a responsabilidade do poder público municipal, transformando-o numa espécie de “espetáculo alegórico, contrastando com o sentido de missão” (COSTA, 2012. p. 63). Ao contrário do reinado de Santo Antônio do Monte, cuja organização, estrutura e promoção da festa ficam a cargo da Irmandade e da comunidade. A prefeitura apoia, sem necessariamente ter o compromisso de realizá-la.

Por detrás das palavras, com ares de desaprovações proferidas pelos congadeiros, estão sentimentos bastante difundidos entre os devotos dos santos padroeiros, a fé e o sacrifício. Para eles o trabalho dedicado para homenageá-los é recompensado pelas graças alcançadas. A essência de existência da festa reside no fato de cada indivíduo se doar e oferecer o que pode. Na maior parte das vezes, as ofertas se dão em formas de serviços voluntários, sobretudo, nos almoços, jantares e outras ações promovidas na comunidade com o intuito de angariar fundos, e durante o reinado, nas preparações das refeições. Para Costa (2012) realizar as festas e participar dos grupos superando o cansaço e as dificuldades financeiras é uma forma singular de expressão de louvor, e mais, é a profunda devoção que enaltece a organização das festas e a participação nos ternos, não as roupas ou enfeites.

Motivado pelas inquietações dos congadeiros acerca do reinado de Araújios<sup>9</sup>, fui observar, sem grandes pretensões, a sua festa. Mesmo que eu nunca tivesse ido à cidade, fiz questão de não pedir ajuda a qualquer informante local, fui sozinho. Era uma manhã de domingo, segundo dia de

<sup>9</sup> Não vou ater-me na descrição do reinado da localidade. O propósito é mostrar algumas diferenças em relação à festa em Santo Antônio do Monte, e que seja possível refletir sobre a questão da gestão pública municipal na sua organização.

*reinado*. Ao chegar ao perímetro urbano, ainda distante do local dos festejos, em frente à igreja matriz, no centro, ouvi sons de tambores que pareciam vir de todos os cantos. Ao seguir caminho, logo percebi o quanto a cidade estava enfeitada de fitilho, muito brilho. Mais lembrava um céu estrelado com sol a pino. Não que em Santo Antônio do Monte não se usam enfeites, mas eles se restringem à ornamentação de locais estratégicos como o pátio do salão da irmandade, a frente da matriz, e frente às residências dos reis e rainhas congos e perpétuos, e festeiros.

Toda a festa se concentrava ao redor da igreja matriz cujo padroeiro é São Sebastião, embora algumas manifestações de louvor aos “santos pretos” estivessem acontecendo por toda cidade, principalmente, motivadas pelas visitas dos ternos. Montado em frente à matriz que estava enfeitada, havia um palco relativamente grande, o que indicava que ele não se destinava apenas às apresentações dos ternos, mas a outros tipos de shows, e uma tenda onde os festeiros recebiam as homenagens dos ternos após o oferecimento das refeições.

Em uma das avenidas que ladeava a concentração dos ternos, inúmeros bares e restaurantes, vendendo bebidas e comidas, cada um tocando um gênero musical diferente, cujo repertório ia do axé, passando pelo *funk* até o forró. Esse cenário espetaculoso e carnavalesco acontecia simultaneamente às apresentações dos ternos na tenda. A outra avenida sediava uma feira a céu aberto, de proporções gigantescas, chegando a dois quilômetros de extensão. Nela, vendiam-se de quase tudo, desde produtos eletrônicos importados, brinquedos, utilidades domésticas, artigos religiosos, produtos de beleza, acessórios de couro, comidas e bebidas variadas.

Como se não bastasse o espetáculo massificado na terra, nos ares era possível observar voos rasantes de helicópteros, que proporcionavam passeios para aqueles mais abastados, e, diante de tantas fantasias e enfeites, o que menos os chamavam a atenção eram os ternos de congadas com seus bailados, músicas e devoções.

Em resumo, mesmo que as conclusões sejam preliminares há, sim, diferenças marcantes entre as festas de reinado existentes nas duas cidades. O fato é que não me demorei a percebê-las, apenas algumas horas de pesquisa exploratória foram suficientes para compreender os motivos pelos quais os congadeiros de Santo Antônio do Monte oferecem tamanha resistência em entregar a organização da festa ao poder público, seja ele qual for, municipal, estadual e federal. Temem, sobretudo, que a festa se transforme numa espécie de carnaval, e que as congadas e seus ternos se tornem meros acessórios de alegoria diante do cenário fantasioso produzido pelo Estado. A congada ou *reinado* torna-se, assim, “mais uma apresentação ou um espetáculo do que uma demonstração de fé, o que, segundo os congadeiros da Serra do Salitre, esvazia o seu conteúdo original” (COSTA, 2012. p. 63. Grifo meu).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever sobre as nuances do reinado e suas representações, mas especificamente pensando o recorte das políticas públicas de preservação da cultura imaterial, tem se mostrado para mim um exercício reflexivo prazeroso, porém complexo. A cada texto produzido sobre o tema surgem novas ideias e impulso para continuar a desvendar seus encantos.

O tema da mobilização social entre o poder público e os congadeiros, imprescindível no campo do processo de patrimonialização tem sido uma das vertentes transversais aos festejos, em homenagem à virgem do Rosário que mais tem instigado, e se apresenta com mais evidência. A ideia de envolver os principais atores no processo através de troca de diálogos, se conduzido com o devido cuidado e atenção gera produção de conhecimento e fortalece o senso de pertencimento, essencial na manutenção das congadas.

Mesmo que a as reflexões acerca da inserção do poder público na organização do reinado, especificamente no contexto da cidade de Araújos, possa parecer um problema, sobretudo, na visão de alguns congadeiros e devotos, penso que se trata de terreno fértil para aprofundamentos futuros.

Os conceitos de *raiz*, *alegoria*, *enfeites*, *escolas de sambas e espetáculos*, abordados por Costa (2012), mesmo tendo sido trabalhados timidamente no meu contexto de pesquisa, foram significativos para compreender as disputas e tensões entre as duas cidades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASCUDO, Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 10 ed. São Paulo: Global, 2010.

BEZERRA, Jocasta Holanda; WEYNE, Raquel Gadelha. Políticas Culturais no Brasil Contemporâneo: percursos e desafios. In: IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL – POLÍTICAS CULTURAIS, 2013, Rio de Janeiro. Anais (on line). Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2013. Disponível em <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2013/11/Jocasta-Holanda-Bezerra-et-alii.pdf>. Acesso em 01 de fevereiro de 2016.

BORGES, Eloisa. **Os devotos do Rosário**: devoção e promessa na Festa do Rosário de Santo Antônio do Monte. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Belo Horizonte, 1997.

COSTA, Patrícia Trindade Maranhão. **As raízes da Congada**: a renovação do presente pelos Filhos do Rosário. Curitiba: Appris, 2012.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1981.

IPHAN. **Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois**: princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. Brasília: Ministério da Cultura, 2010.

\_\_\_\_\_. IPHAN. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/228>. Acesso em 14 de fevereiro de 2016.

LÉVI-STRAUSS, Laurent. Patrimônio Imaterial e Diversidade Cultural: O Novo Decreto para a Proteção dos bens imateriais. In: **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 147, p. 23-28.

Rabaçal, Alfredo João. **As congadas no Brasil**. São Paulo: Sec. Cult., Ciência e Tecnologia, Cons. Estadual de Cultura, 1976.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas Culturais no Governo Lula. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Políticas Culturais no Governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 09-24.

\_\_\_\_\_. Políticas Culturais nos primeiro governo Dilma: patamar de rebaixamento. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre; CALEBRE, Lia (Orgs.). **Políticas Culturais nos primeiro governo Dilma**. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 11-32.

SOTO, Cecília ET AL. Políticas Públicas de cultura: os mecanismos de participação social in RUBIM, Albino Canelas (Org.). **Políticas Culturais no governo Lula**. Salvador: EdUFBa, 2010. p. 25-47.

VILARINO, Marcelo de Andrade. D'África ao Brasil: elementos hi[e]stóricos conformadores e estruturantes do congado belo-horizontino. In: PEREZ, Léa Freitas. et ali. (Orgs.). **Variações sobre o Reinado**: um rosário de experiências em louvor a Maria. Porto Alegre: Ed. Medianiz, 2014. p. 83-100).

VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e missão**: o movimento folclórico brasileiro -1947-1964. Rio de Janeiro: Funarte: Fundação Getúlio Vargas, 1997.